



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11599 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

O LYCEU DE GOYAZ E O FINANCIAMENTO DA INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA NO IMPÉRIO

Lucas Lino da Silva - UFG/CAMPUS DE CATALÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS

Fernanda Barros - UFG - Universidade Federal de Goiás

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

O LYCEU DE GOYAZ E O FINANCIAMENTO DA INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA NO IMPÉRIO

Introdução

O Lyceu de Goyaz foi a principal instituição de ensino secundário em Goyaz no Império, responsável por preparar os filhos das elites locais para o ingresso nos estabelecimentos de ensino superior e para a ocupação de cargos políticos. Considerando a relevância dessa instituição, este estudo possui como objeto o Lyceu de Goyaz e seu financiamento no período imperial, mais especificamente no período de 1848 a 1886.

A partir do campo da História da Educação buscou-se responder a seguinte questão: quais as origens e como era realizada a gestão dos recursos responsáveis pela manutenção do Lyceu de Goyaz no período de 1848 a 1886? O recorte temporal foi definido conforme a disponibilidade de fontes, considerando também o período de início das atividades no Lyceu. A construção desse estudo se justifica pela escassez de pesquisas sobre o financiamento da instrução secundário no Império.

A pesquisa documental orientou o processo de busca de fontes que ocorreu entre os anos de 2018 a 2022, encontradas em arquivos na Cidade de Goiás: Lyceu de Goiás e Museu

das Bandeiras; Arquivo Histórico Estadual de Goiás; arquivos virtuais: acervo da Câmara de Deputados do Brasil, edições do Livro da Lei Goyana e da Colleção das Leis da Provincia de Goyaz indexadas no site da Secretaria de Estado da Casa Civil do Governo do Estado de Goiás; Anais do Senado; Hemeroteca Nacional Digital. A coleção Memórias Goianas também foi utilizada. As fontes documentais envolvem: atas, fichas de matrículas, livros de finanças, legislação brasileira e goiana, relatórios de governo, periódicos oficiais e jornalísticos. Os documentos físicos e digitais foram catalogados e separados em pastas.

A análise das fontes está sendo fundamentada em pressupostos da História da Educação, em especial sobre o ensino secundário e a instrução pública no império.

Diferentemente das hipóteses traçadas inicialmente em que se supôs que as elites locais eram as principais mantenedoras da instituição, notou-se que os recursos direcionados ao estabelecimento advinham majoritariamente do poder público provincial e estatal. Contudo, a má administração, a escassez de professores, e a mentalidade apática com relação à instrução foram fatores determinantes no atraso do desenvolvimento desse setor.

Desenvolvimento

O ensino secundário brasileiro foi marcado por teor elitista até os anos de 1961, criado com o objetivo de levar os filhos das elites aos cursos superiores e aos cargos de prestígio local. Sua função era “[...] oferecer uma sólida cultura geral, apoiada sobre as humanidades antigas e modernas, com o objetivo de preparar as individualidades condutoras, isto é, os homens que assumiriam maiores responsabilidades dentro da sociedade e da nação [...]” (NUNES, 2000, p. 40). A organização deste ensino possui como marco principal a publicação do Ato Adicional de 1834, que indicou que cada província se tornaria responsável pela sistematização de seus ensinos primário e secundário, ficando a Corte responsável somente pelas instituições já existentes.

A partir da lei n. 16 de 12/08/1834, as províncias, cada uma a seu modo, iniciaram um movimento de criação de instituições de ensino secundário. A criação do Collegio de Pedro II em 1837 foi a iniciativa do governo Imperial no sentido de criar uma instituição modelo na Corte: “Na Corte, por Decreto de 2 de Dezembro de 1837, foi o Seminário de São Joaquim transformado em estabelecimento de instrução secundária sob a denominação de Colégio de Pedro II” (VASCONCELOS, 1937, p. 273-275). Essa instituição foi organizada segundo os ideais educacionais franceses: “[...] as regras consagradas neste Regulamento não são theorias inexpertas; ellas foram importadas de paizes esclarecidos, têm o cunho da observação, tem o abono da prática e deram resultado de transcendente utilidade” (VASCONCELOS, 1937, p. 273-275).

Bernardo de Vasconcellos, em discurso proferido no dia 25/03/1838 em ocasião da

abertura das aulas da instituição da corte, comunicou que “[...] o intento do Regente Interino criando este Collegio, he offerecer hum exemplar ou norma aos que já se acham instituídos nesta Capital por alguns particulares; convencido como está de que a educação collegial he preferível à educação privada (VASCONCELOS, 1937, p. 273-275).

Os estudos do Collegio de Pedro II, conforme o regulamento de 1838, foram organizados conforme o modelo simultâneo e seriado com duração de 6 a 8 anos (HAIDAR, 2008). A maioria do público do estabelecimento pertencia à elite econômica e política do país. Contudo, a documentação aponta que bolsas de estudos eram periodicamente disponibilizadas para jovens destituídos de recursos.

A criação do Collegio foi alvo de críticas com relação à exclusão do público pobre: “Eu aprecio o Collegio de Pedro II, e desejo que muitos outros se estabeleçam no mesmo plano; mas isto nem desculpa a malfeitoria da aniquilação do Seminario de S. Joaquim, este asylo de órfãos pobres, onde se preparava um viveiro de artistas illustrados” (VERGUEIRO, 1913, p. 275). Esse trecho evidencia que não houve um consenso com relação à criação do estabelecimento, espelho das tensões e divergências ideológicas do período pós independência.

Imbuídos dos valores europeus de civilização e progresso: “Nenhum cálculo de interesse pecuniário, nenhum motivo menos nobre, e menos patriótico, que o desejo da boa educação da mocidade e do estabelecimento de proveitosos estudos, influiu na deliberação do Governo” (VASCONCELOS, 1937, p. 273 - 275); os alunos do Imperial Colégio saíam com o diploma de Bacharel em Letras, aptos a ingressar nos cursos superiores (VASCONCELOS, 1937). No entanto, neste contexto de criação do ensino secundário com vista à formação de uma elite pensante, um conjunto de conflitos estruturais foram originados, pois grande parte das propostas de sistematização educacional eram incompatíveis com a realidade econômica das províncias.

Em Goiás o projeto de educação implantado no século XIX buscou aperfeiçoar a cultura local e a formação dos filhos de famílias abastadas. Os relatórios de Governo de 1836 apresentam argumentos sobre a necessidade de se investir na instrução da província: “[...] tratemos de argumentar, e melhorar nossa cultura, e criação; cuidemos mais que tudo na Instrucção da mocidade; que os nossos filhos sejam educados na verdadeira moral, e na obediência das Leis [...]” (VASCONCELOS, 1937, p. 273 - 275).

O Lyceu de Goyaz, criado pela Lei n.º 9 de 20/06/1846, foi a principal instituição de ensino secundário em Goyaz, atuando diretamente sobre a formação dos filhos das elites locais. Até o momento de criação do Lyceu haviam somente quatro cadeiras avulsas de Gramática Latina na Província de Goyaz, funcionando na Capital e nas cidades de Meia ponte, Vila Arraias e Vila de Catalão. O estabelecimento foi abrigado inicialmente em um imóvel nos fundos da Casa da Tesouraria, sendo transferido para uma casa doada pelo Dr. Corumbá apenas em 1857 (BARROS, 2017). Segundo relatórios de Governo as condições

orçamentárias de Goyaz no momento de criação do Lyceu eram preocupantes.

Em 1867 foi informado à Assembleia que as reformas no imóvel doado pelo Dr. Corumbá já estava parcialmente finalizada e que o Lyceu já poderia ser ali instalado e, nesse mesmo ano seria realizada uma ampliação nas dependências do novo prédio: “A instalação provisória do Lyceu demonstra que, apesar de esperada, a instituição não contou com o investimento necessário [...]” (BARROS, 2020, p. 126). A criação do Lyceu mesmo sob condições orçamentárias desfavoráveis tinha como principal fundamento a diminuição de gastos com a instrução da mocidade, afinal, os valores despendidos na manutenção das aulas avulsas era maior se comparado à quantia necessária para o funcionamento de uma única instituição (BRETAS, 2001).

Cabe ressaltar que a condição de atraso instrução pública goiana não decorria apenas da falta de recursos, mas também das inconsistências da administração local. Como exemplo, pode-se citar a receita construída por meio do Subsídio Literário no fim do século XVIII que foi recolhida pela administração de Lisboa devido à falta de aplicação. Ou seja, a falta de planos concretos de organização da educação também impediu o avanço desse setor (BRETAS, 2001).

Considerações Parciais

Os resultados parciais apresentam um panorama complexo de financiamento da instrução secundária no Brasil. O Collegio de Pedro II, criado para ser um modelo de alcance nacional, não estava isento dos problemas financeiros que assolavam as demais instituições do país. O caixa do estabelecimento apresentava déficits frequentemente, colocando em questão a atuação do Reitor, Vice Reitor e Tesoureiro, principais responsáveis pela gestão de recursos na instituição.

Em Goiás, o estado negativo dos cofres públicos foi um dos principais fatores que impediu o desenvolvimento da educação de forma satisfatória, problema este que foi potencializado com a abolição, em 1842, da quantia encaminhada pelo Governo Imperial através das leis bienais de orçamento. Mesmo que em condição desfavorável, o Estado foi o principal mantenedor do Lyceu de Goyaz. No entanto, as quantias direcionadas ao estabelecimento eram suficientes apenas para o pagamento dos vencimentos dos seus empregados. Além disso, os problemas do setor de coleta de impostos e administração de recursos corroborava com a manutenção do estado de atraso.

Além das quantias recebidas do estado, o Lyceu recebia doações de sujeitos da comunidade local, especialmente livros. Em decorrência da escassez de fundos e de profissionais qualificados para o exercício do magistério, alguns cidadãos ministravam aulas gratuitamente no Lyceu. A coleta de taxas de matrícula também contribuía com o

abastecimento do cofre da instituição, porém, devido aos baixos índices de estudantes, o valor arrecadado era insignificante se consideradas as necessidades do estabelecimento.

Palavras-chave: Ensino Secundário. Financiamento. História da Educação. Lyceu de Goyaz.

REFERÊNCIAS

BARROS, Fernanda. **Lyceu de Goyaz:** elitização endossada pelas oligarquias goianas 1906-1937. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, p. 166, 2006.

BARROS, Fernanda. **O tempo do Lyceu em Goiás:** formação humanista e intelectuais 1906-1960. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, p.211, 2012.

BARROS, Fernanda. **O Tempo do Lyceu em Goiás:** formação humanista e intelectuais (1906-1960). Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da Instrução Pública em Goiás.** Goiânia: CEGRAF / UFG, 2001.

CHAUL, Nars Fayad. **Caminhos de Goiás:** da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: EDUFG, 2001.

CRUZ, Fábio S. Santa. **Província Imensa e Distante:** Goiás de 1821 a 1889. Jundiaí-SP: Paco, 2019.

GOYAZ. Presidente Joze Rodrigues Jardim. Relatório que à Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1836. O Exm. Presidente da mesma Província. **Memórias Goianas**, n. 03, p. 57.

Haidar, Maria de L. M. **O ensino secundário no Império brasileiro.** São Paulo: EDUSP, 1972.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 35-60, 2000, p. 40.

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Discurso proferido por ocasião da abertura das aulas do Colégio de D. Pedro II aos 25 de março de 1838. In: SOUZA, Octávio Tarquínio de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu Tempo**. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 273-275, 1937.

VERGUEIRO, Nicoláo Pereira de Campos. **79.^a Sessão em 22 de agosto de 1839**. Annaes do senado do Imperio do Brazil. Segunda sessão da primeira legislatura de 29 de julho a 6 de setembro de 1839. Tomo terceiro. Rio de janeiro, 1913, p. 275.